

-----ACTA N.º 05-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 SETEMBRO-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de 2011, pelas 19.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão Ordinária, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e Votação da 3.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**2.º Ponto** - Reafirmar a classificação da área do Centro Histórico de Torres Vedras como Área de Reabilitação Urbana nos termos do Decreto-Lei 307/2009 de 23 de Outubro – Prédios Devolutos e Degradados – Benefícios, Incentivos e Penalizações Fiscais;-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação da proposta da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Torres Vedras, bem como as respectivas medidas preventivas, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do art.º 100.º do RJIGT, que incide sobre uma parcela do território e património municipal, de cerca de 3 hectares, localizada no perímetro urbano da cidade junto ao Parque Verde da Várzea, onde se pretende implantar o Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras;-----

-----**4.º Ponto** - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2011, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro - Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18.09 na sua actual redacção;-----

-----**5.º Ponto** - Tomar conhecimento dos Relatórios e Contas – 1.º Semestre 2011 – Câmara Municipal de Torres Vedras – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras – Promotorres, Promoções de Eventos e Gestão de Equipamentos E.M., para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15/01, na sua actual redacção;-----

-----**6.º Ponto** - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2011 a aplicar em 2012, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**7.º Ponto** - Fixação da taxa variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2012 a cobrar em 2013, a que os municípios têm direito em cada ano, tendo presente o art.º 20.º da Lei 2/2007 de 15.01;-----

-----**8.º Ponto** - Autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2012, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 53 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;-----

-----**9.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade

municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Batista Eleutério (Segundo Secretário). -----

----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----

----Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, José Augusto Clemente de Carvalho, Susana Maria Ribeiro Neves, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, António Carlos Nunes Carneiro, José António do Vale Paulos, Rita João de Maya Gomes Sammer, José Augusto Nozes Pires, Ana Elisa Pedreira Martins, Marco Henriques Claudino, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, Francisco Cruz branco da Silva, Cláudia Sofia Horta Ferreira, Maria Prudência Tomé Duarte Quina Fernandes, Rui José Prudêncio, João Paulo Moreira dos Reis, Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Ana Paula dos Santos Ventura Faria, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Graça Maria Martinho da Silva, Ana Cristina Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Ana Paula Santos Mota, João Francisco Mota Tomaz, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Mário João Rodrigues Matias, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, Carlos Alberto Alves Gomes, Francisco João Pacheco Inácio, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Guilherme Manuel Ferreira.-----

----Faltaram os membros Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, Sérgio Armando Lopes Gomes e Paulo Jorge Marques Marreneca.-----

----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Carlos Manuel Antunes Bernardes, António Paulo Veloso Martins Bento, Laura Maria Jesus Rodrigues, Sérgio Paulo Matias Galvão, Maria Paula da Silva R. Paulo Lopes, Ana Brígida A. M. Umbelino, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Miguel Fernandes Martins.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:-----

----O *Sr. Presidente da Mesa* informou que as actas n.º 3 de 29.04.11 e n.º 4 de 17.06.11 que foram previamente distribuídas por todos os membros, se encontravam na mesa para eventuais correcções.-

----A Assembleia Municipal aprovou por maioria, com duas abstenções, dos membros Sérgio Jacinto e Tânia Jerónimo, o texto definitivo das actas apresentadas.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

RENÚNCIA AO MANDATO:-----

DOCUMENTO 1:-----

----Presente e-mail de Diogo Ribeiro de Oliveira Guia, desta data, a solicitar a nos termos da lei em vigor, renúncia ao mandato por motivos profissionais e a expressar o seu agradecimento pessoal pela

forma sempre cordial, cuidadosa e muitas vezes caloroso como foi tratado no curto período de exercício de funções.-----

-----Também refere que procurou de forma séria e empenhada, dar voz ao que entende serem legítimas preocupações e aspirações dos nossos concidadãos, buscando contribuir sempre para um debate elevado e construtivo e, naturalmente, pela dignificação do espaço de liberdade e de democracia que é a Assembleia Municipal.-----

-----Escreveu ainda que, como desde a primeira hora defendeu, a “nossa” casa muito ganharia se os cidadãos pudessem acompanhar em directo as sessões da Assembleia Municipal e leva esta pequena tristeza e frustração, porque lhe parece que a emancipação plena da democracia, o escrutínio e a participação activa dos cidadãos, muito passam por aqui.-----

-----Mais escreveu que a existência deste espaço de debate cívico, plural e democrático beneficiou, em seu entender, especialmente, pela presença de uma referência histórica da democracia portuguesa, o seu presidente, e pela forma e tom com que pautou o exercício da sua presidência.-----

-----Por fim prestou o seu tributo pessoal e político ao Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, agradeceu penhoradamente aos nossos concidadãos pela oportunidade de poder ter servido, mesmo que modestamente, a sua cidade, Torres Vedras.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* desejou ao membro o melhor trabalho, no seu novo cargo de Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Juventude, com a capacidade que se lhe reconhece em todas e várias circunstâncias.-----

-----Depois e tendo a Assembleia Municipal autorizado este pedido, informou que a vaga foi preenchida de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 79 e nos termos do n.º 4 do art.º 76, da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, tendo sido convocada o Sr. Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, a quem saudou, convidando-o a tomar o seu lugar.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 2:-----

-----Presente e-mail de Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, de 28 de Setembro, a solicitar substituição nos termos legais.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Guilherme Manuel Real Alves Ferreira.-----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail de da Junta de Freguesia da Carvoeira, desta data, a informar que o seu presidente, José Manuel Cristovão, será substituído pela Secretária do Executivo Ana Paula Santos Mota.-----

JUSTIFICACÕES DE FALTA:-----

DOCUMENTO 4:-----

-----Presente e-mail de Rodrigo Manuel Hipólito Miranda, desta data a informar que, por motivos profissionais não lhe vai ser possível estar presente na sessão.-----

DOCUMENTO 5:-----

-----Presente e-mail da Junta de Freguesia da Freiria, a informar que o seu presidente Paulo Marrenea, por motivos de ordem familiar não poderá estar presente na sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----De seguida o Presidente da Mesa deu inicio à discussão da ordem de trabalhos, tal como acordado na reunião da Comissão Permanente, e que teria lugar a seguir à pausa para jantar um espaço reservado a discutir assuntos gerais de interesse para a autarquia.-----

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2011, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 11738, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 29 de Setembro, a remeter a revisão em título, a qual foi aprovada por ratificação do Sr. Presidente da Câmara em despacho proferido em 16 de Setembro.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que constituiu objecto desta revisão a introdução de rubricas para a imputação da despesa referente a contratos de Emprego Inserção e Emprego Inserção +.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2011.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 36 membros.-----

PONTO 2 - REAFIRMAR A CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS COMO ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA NOS TERMOS DO DECRETO-LEI 307/2009 DE 23 DE OUTUBRO – PRÉDIOS DEVOLUTOS E DEGRADADOS – BENEFÍCIOS, INCENTIVOS E PENALIZAÇÕES FISCAIS;-----

-----Presente ofício número 8486 de 4 de Julho último, da Câmara Municipal de Torres Vedras a solicitar a reafirmação da deliberação da Assembleia Municipal de 22.06.2009 e ainda anexar a esta deliberação um sistema, incentivos e penalizações fiscais a aplicar na futura ARU. -----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a área em causa corresponde exactamente à área do Plano de Pormenor do Centro Histórico, cuja delimitação a Assembleia aprovou em 22 de Junho de 2009, mas face à alteração da legislação é necessário reafirmar essa deliberação.-----

-----Deu nota ainda que a par desta delimitação é necessário deliberar sobre uma série de incentivos, benefícios e penalizações fiscais que tem a ver com o edificado, prédios devolutos e degradados, fazendo uma breve apresentação das mesmas.-----

-----O **Sr. João Bastos** declarou que o principio é bom e especialmente nas reduções de IMI que poderá ser um bom incentivo à reabilitação urbana de edifícios.-----

-----No entanto, tinham que ter em conta que a principal causa da degradação de edificado é uma lei das rendas completamente desajustada, que descapitalizou os senhorios e poderão ser despoletadas situações injustas, designadamente que o valor de IMI seja superior ao valor da renda recebida.-----

-----Disse também que na listagem distribuída detectaram situações que não corresponde à realidade, pelo que irão aprovar o principio de agravamento de IMI de imóveis degradados e devolutos mas não vão aprovar a listagem.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** declarou que o Grupo Municipal da CDU está de acordo com o principio e com as medidas explanadas, especialmente no que toca às reduções.-----

-----Entende que as reduções, na questão do aluguer ser muito barato, não é uma causa determinante que leve a que, de um momento para o outro, o valor das rendas das casas dispare nesse local.-----

-----Assim indicou que embora a CDU esteja de acordo com o que está a ser apresentado à Assembleia Municipal, desejam que esta ARU não venha a converter-se numa zona semelhante à do Castelo de São Jorge em Lisboa, onde não só as rendas como os novos prédios sofreram um aumento acentuado, tendo passado a viver ali uma franja da população que não era certamente a quem se destinava.-----

-----A **Sra. Claudia Ferreira** interveio no sentido de chamar a atenção para os dois deveres que o Decreto-Lei n.º 307/2009 introduz em relação à reabilitação, através dos quais incumbe ao estado e às autarquias locais assegurar a promoção das medidas necessárias à reabilitação de áreas urbana, que dela careçam e aos proprietários dos edifícios ou fracções assegurar a sua reabilitação, nomeadamente realizando todas as obras necessárias à manutenção ou reposição da sua segurança, salubridade e arranjo estético.-----

-----Assinalou que vê como boas estas medidas, não sendo algumas delas só iniciativas da autarquia pois decorrem de directivas do orçamento de estado .-----

-----Quanto à questão das rendas, tendo presente a que o que está em causa são prédios devolutos e degradados, e tendo presente ainda a definição de prédio devoluto, estas casas deviam estar desocupados e se têm pessoas a morar é algo que os devia preocupar. -----

-----Disse ainda que neste caso os prédios deviam ser reparados, pelo que quer o incentivo de isentar os prédios objectos de reabilitação urbana, quer o aumento da taxa quando não existam obras, como forma de penalização não lhe parece uma má solução.-----

-----O **Sr. Marco Claudino** disse que interpretaram que há uma distinção entre devolutos e

degradados. Há habitações degradadas que, por não estarem devolutas, têm contratos de arrendamento.-----

----Disse ainda a listagem fornecida é importante, para informar qual é a dimensão da majoração, ou agravamento ou beneficiação da taxa, no entanto preferia que não tivesse nomes, só constasse a referência aos valores.-----

----Questionou também se a Câmara Municipal já identificou qual é a dimensão de beneficiação ou seja de redução da taxa que irão beneficiar todos os imóveis que sejam objecto de recuperação e se já há em concreto imóveis nesse estado.-----

----Terminadas as questões teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos.-----

----O edil reportou-se à questão da listagem para informar que é uma exigência da lei, assim como a sua aprovação pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal.-----

----No entanto deu nota existe o principio do contraditório e uma vez aprovada esta medida, os proprietários serão notificados para se pronunciarem sobre os seus prédios e se existirem reclamações, estas serão apreciadas pela Câmara uma a uma.-----

----Deu nota ainda que a equipa da Área do Centro Histórico, liderada pelo Arq.º José Manuel há muito tempo que trabalha neste assunto, tendo procedido a uma identificação exaustiva destes imóveis, pelo que há uma grande segurança nos dados constantes na listagem, sem prejuízo de haver alguma correcção.-----

----Informou que as beneficiações serão feitas à posteriori e a Câmara terá todo o gosto em aprová-las, mas não se podem contabilizar ao dia de hoje. Agora o que se pretende é um incentivo para que as pessoas avancem.-----

----Informou ainda que uma das competências do Gabinete do Centro Histórico é fazer o acompanhamento dos proprietários e das obras que os mesmos queiram executar, ou seja ajudá-los nos projectos de alterações e a contratar a mão de obra.-----

----No que refere a isentar de IMI as aquisições imóveis objecto de acções de reabilitação urbana destinadas exclusivamente a habitação própria, o *membro António Carneiro* tinha algumas dúvidas quanto à palavra “exclusivamente” citando o exemplo de alguém querer fazer turismo de habitação em casa própria.-----

----Depois felicitou a Câmara Municipal pela iniciativa e apesar de algumas medidas decorrerem da lei, algo que tinha que ser feito para se deixar de ter este ciclo vicioso em que se caiu, pelo que a proposta é altamente meritória.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* confirmou que é a intenção ser habitação própria mas o turismo de habitação é em habitação própria.-----

----Terminadas todas as intervenções passou-se de imediato à votação:-----

-----Reafirmar a classificação da Área do Centro Histórico de Torres Vedras como área de Reabilitação Urbana – Aprovado por unanimidade.-----

-----Aprovar as listagens de prédios devolutos e de prédios degradados na Área de Reabilitação Urbana, conforme anexo II e III – Aprovado por maioria com 29 votos a favor e 9 abstenções.-----

-----Aprovar a listagem dos prédios devolutos existentes na Área de Reabilitação Urbana, para efeitos de elevação ao dobro da taxa de IMI aplicável – Aprovado por maioria com 29 votos a favor e 9 abstenções.-----

-----Penalizar com aumento de taxa de IMI de 30% todos os imóveis devolutos na Área de Reabilitação Urbana – Aprovado por unanimidade.-----

-----Penalizar com um aumento de taxa de IMI de 30%, todos os imóveis degradados na Área de Reabilitação Urbana – Aprovado por unanimidade.-----

-----Isentar de IMI os prédios urbanos objecto de acções de reabilitação urbana por um período de 5 anos a contar do ano do levantamento da licença de utilização, nos termos da legislação já invocada – Aprovado por unanimidade.-----

-----Para obras isentas de controlo prévio, nos termos do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua actual redacção, a isenção do IMI só produzirá efeitos após a vistoria efectuada pela Câmara Municipal – Aprovado por unanimidade.-----

-----Reduzir em 20%, no âmbito da Área de Reabilitação Urbana, a taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos ou suas fracções arrendadas – Aprovado por unanimidade.-----

-----Isentar de IMT as aquisições de imóveis objecto de acções de reabilitação urbana destinados exclusivamente a habitação própria e permanente do adquirente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, nos termos da lei já invocada e pelo prazo de cinco anos a partir de Janeiro de 2012- Aprovado por unanimidade.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, BEM COMO AS RESPECTIVAS MEDIDAS PREVENTIVAS, PARA EFEITOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 100.º DO RJGT, QUE INCIDE SOBRE UMA PARCELA DO TERRITÓRIO E PATRIMÓNIO MUNICIPAL, DE CERCA DE 3 HECTARES, LOCALIZADA NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE JUNTO AO PARQUE VERDE DA VÁRZEA, ONDE SE PRETENDE IMPLANTAR O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TORRES VEDRAS.-----

-----Presente ofício número 9528 de 25 de Julho último, da Câmara Municipal de Torres Vedras a remeter o processo em título.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por informar que a autarquia está a tratar do novo Centro

de Educação Ambiental cuja candidatura já foi aprovada, que se vai localizar ao lado do auditório ao ar livre do Parque Verde da Várzea e que, para se executar o projecto, tem que se alterar ou pedir a suspensão do PDM.-----

----Corrigiu que de facto o processo foi iniciado com a suspensão para 3 hectares mas foi alterado para 4.200 metros quadrados.-----

----Não pondo em causa este projecto, o *Sr. João Bastos* lembrou que também está previsto para o Choupal um Centro de Interpretação Ambiental questionando se, nos tempos que correm, não será demais ter um centro a um quilómetro do outro.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* respondeu que os dois são conciliáveis e fez notar que em ambas as candidaturas é obrigatório a existência de um centro ambiental ou interpretativo, que no caso do Choupal é temático para a zona e será direccionado para a vida do Rio Sizandro dada a sua proximidade.-----

----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade a proposta da suspensão parcial do Plano Director Municipal de Torres Vedras, bem como as respectivas medidas preventivas, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do art.º 100.º do RJIGT, que incide sobre uma parcela do território e património municipal, de cerca de 4.200m quadrados, localizada no perímetro urbano da cidade junto ao Parque Verde da Várzea, onde se pretende implantar o Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras.-----

----Anota-se que estava presentes na sala 39 membros.-----

PONTO 4 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2011, PREVISTA NA LEI N.º 5/2004 DE 10 DE FEVEREIRO - LEI DAS COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18.09 NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

----Presente ofício número 9810 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Agosto, a propor fixar a taxa em 0,25% .-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota de que para além de ser uma importância irrisória e tendo a ocupação sido mais ou menos idêntica desde que fixam esta taxa, verificou-se que o valor tem vindo sempre a reduzir e não têm como reclamar.-----

----Não se registaram intervenções pelo que o Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino submeteu à votação o assunto em apreço.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 36 votos a favor e 3 votos contra a fixar a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2011, prevista na Lei n.º 5/2004 de 10 de Fevereiro - Lei das Comunicações Electrónicas, em 0,25%.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----

-----Nesta altura foi feita uma pausa para jantar, tendo os trabalhos sido retomados pelas 21.00h, com a continuação da discussão de assuntos gerais de interesse para a autarquia.-----

SAUDAÇÃO – HERNÂNI BRÔCO:-----

-----O Presidente da Mesa, deu nota que tinha sido entregue na Mesa, a saudação, que a seguir se transcreve, subscrita pelo Grupo Municipal da CDU:-----

-----“A CDU - Coligação Democrática Unitária, na primeira reunião da Assembleia Municipal de Torres Vedras após a realização da mais importante prova velocipédica nacional, a Volta a Portugal, vem desta forma saudar a prestação de um ciclista torriense: Hernâni Brôco.-----

-----A prestação de todos os ciclistas que participam na Volta a Portugal merece a nossa simpatia, pelo esforço, pela abnegação, pelo espírito de equipa que é necessário ter. Quando falamos de um ciclista que conseguiu a prestação que Hernâni Broco atingiu, ainda que aquém das suas legítimas expectativas, ser primeiro classificado, só pode merecer a nossa admiração e aplauso.-----

-----Hernâni Broco honrou o ciclismo nacional, a freguesia da Ventosa e o concelho de Torres Vedras. Pela classificação obtida mas sobretudo pela humildade, espírito de sacrifício e de luta que tanto admiramos nos grandes atletas.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por unanimidade, a saudação e dar conhecimento ao destinatário da mesma.-----

MOÇÃO:BARRAQUEIRO DO OESTE – TORRES VEDRAS- LISBOA PELA A8:-----

-----O Presidente da Mesa leu a moção que tinha sido previamente entregue na mesa pelo Grupo Municipal do PSD com o seguinte texto: -----

-----“ Considerando a existência de denúncias apresentadas por vários passageiros dos autocarros da Barraqueiro Oeste alegando que, no trajecto Torres Vedras - Lisboa pela A8, se encontram a pagar um valor superior ao legalmente devido;-----

-----Considerando que a DECO tomou posição pública no sentido de concordância com o entendimento dos utentes;-----

-----Considerando que este trajecto é utilizado por centenas de torrienses;-----

Considerando que o custo dos transportes assumem uma parcela dos orçamentos familiares;-----

-----A Assembleia Municipal vem, pelo presente, solicitar ao IMTT que proceda à análise desta situação com carácter de urgência.”-----

-----O membro *João Paulo Reis*, reforçou os considerandos da moção no entendimento de que é da maior importância que esta Assembleia denuncie a situação.-----

-----O *Sr. Nozes Pires* interveio para dar nota que foi ele que esteve na origem do caso, e entende por oportuna a apresentação da moção.-----

-----Disse crer que a apresentação de um exemplo concreto do roubo em causa, daria mais força à moção pelo que deu nota que a Barraqueiro fazia as contas em termos de 54 km, como se fosse a

EN, enquanto que a A8 tem 44 km.-----

----O *Sr. António Carneiro* subscreveu a moção no entendimento que está expresso um pedido de análise e se há dúvidas deve-se analisar.-----

----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade a moção em título.-----

“ATERRO” DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Manuel Avelino, informou que tinha sido entregue à mesa, a intervenção que abaixo se transcreve:-----

----“ Os promotores do abaixo-assinado contra a localização do Aterro” de Resíduos Industriais no Concelho de Torres Vedras cumprem o dever de informar todos os Cidadãos que nele expressaram livremente a sua vontade no sentido de que a Câmara não viabilizasse a sua instalação, que as 6.651 assinaturas recolhidas na Cidade e no Concelho de Torres Vedras foram entregues na Câmara Municipal de Torres Vedras no dia 12 de Setembro de 2011.-----

----Cumpre-lhes também registar o elevado espírito de cidadania manifestado por todos quantos participaram em tão amplo movimento cívico de defesa e promoção da qualidade de vida na nossa Comunidade, bem como agradecer a todos os Órgãos de Comunicação Social regionais e nacionais que noticiaram os anseios da população.-----

----Pedimos que esta comunicação fique em acta.-----

----Pelos subscritores do abaixo-assinado, Ana Mattiotti, João Paulo Antunes dos Santos, Manuel Novais Granada, Manuel Palma Lopes Correia, Olga Luís, Pedro Norberto Rodrigues Lopes.”-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VIVA FREGUESIA DE RUNA – MOVIMENTO DE CIDADÃOS PARA DEFESA DA FREGUESIA DE RUNA:-----

----De seguida leu o seguinte documento -----

----“Viva Freguesia de Runa, representa o Movimento de Cidadãos para a Defesa da Freguesia de Runa, Concelho de Torres Vedras, contra a extinção ou fusão desta freguesia.-----

----Os cidadãos subscritores, como fundadores deste movimento, declaram rejeitar o argumento centrado em questões económicas, se comece a extinguir ou a fundir as freguesias com menos eleitores inscritos, lembrando que o peso das freguesias no Orçamento do Estado é de apenas 0,1%.-----

-----Defendendo que, qualquer modelo de Reforma Administrativa deve assegurar a participação das populações em debates abertos a todos os interessados, em busca de outras soluções e que deve assentar na consulta popular, recusando qualquer decisão emanada dos Órgãos Municipais ou da Administração Central.-----

----Runa 27 de Setembro de 2011.”-----

VOTO DE PESAR: ARISTIDES PEREIRA:-----

----Tomou a palavra o *membro António Carneiro*, para apresentar o voto abaixo transcrito:-----

-----“Faleceu, recentemente, vítima de doença, o Presidente Aristides Pereira, 1º Chefe de Estado de Cabo verde.-----

-----Tive o honroso privilégio de o conhecer, ainda Chefe de Estado quando, quase anonimamente se instalou no Hotel Império, para fazer tratamentos nos Cucos.-----

-----Na sequência de contacto que, então, estabeleci o Executivo Municipal recebeu-o em cerimónia discreta (a seu pedido) mas carregada de simbolismo.-----

-----Deu-nos a honra de presidir à inauguração do Moinho de Caixeiros, como hoje o conhecemos.--

-----Adquirindo residência na cidade passámos a vê-lo, após a sua retirada da vida política, passeando pelas nossas ruas e avenidas, em regra com o seu fato de treino azul escuro.-----

-----Tive a oportunidade de algumas vezes conversarmos e até de após um jantar na intimidade de nossas famílias passar um serão em amena cavaqueira.-----

-----Sempre ficava expresso o seu carinho e respeito por Portugal e sua cultura.-----

-----Na Fundação Mário Soares assisti ao lançamento de um livro autobiográfico, deixando para o final dos seus agradecimentos de abertura palavras ‘para os meus amigos torrienses aqui presentes’.-

-----A única grande entrevista, que me recorde, dada a um jornal português (o Expresso) deu-a em Torres Vedras, tendo como cenário fotos da nossa cidade que, dizia, tão bem o acolhera.-----

-----É meu dever, certamente, interpretando a vontade de muitos dos nossos conterrâneos, propor a esta Assembleia um voto de pesar, traduzido em um minuto de silêncio na transmissão de uma mensagem à família.-----

-----Sugiro ao Executivo Municipal que o seu nome possa ser, um dia perpetuado na toponímia local.”-----

-----O *Sr. António Fortunato* pediu a palavra para enaltecer o Dr. Aristides Pereira, dando nota que o aeroporto da ilha de Boavista, onde é considerada um ídolo, vai ter o seu nome.-----

-----Observado o minuto de silêncio, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, mandar lavra em acta o voto de pesar, subscrito pelo grupo Municipal do Partido Socialista, pelo falecimento do Dr. Aristides Maria Pereira:-----

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL:-----

-----Em representação do Grupo Municipal do PSD, o *Sr. Marco Claudino*, apresentou a proposta em título, que se passa a transcrever:-----

-----“Na sequência da apresentação do Documento Verde da Reforma da Administração Local e uma vez que os critérios anunciados na mesma, determinam uma alteração significativa na ruralidade administrativa local, vem o Grupo Municipal do PSD propor a constituição de uma comissão multipartidária com o objecto de acompanhar este processo.-----

-----Assim, propomos que a comissão seja constituída por:-----

-----Presidente da Assembleia Municipal-----
-----Presidente da Câmara Municipal-----
-----2 elementos do PS-----
-----2 elementos do PSD-----
-----1 elemento do CDU-----
-----1 elemento da CDS-----
-----elemento independente.”-----
-----Depois deu nota que foram concretizadas, através do documento citado as anunciadas condições e critérios que vão determinar a chamada reforma local. -----
-----Deu nota também que a reforma irá agregar freguesias que no caso de Torres Vedras e segundo o critério definido serão sete as freguesias reduzidas.-----
-----Assim o Grupo Municipal do PSD entendeu que em Torres Vedras se possa criar uma comissão que tenha por objecto o acompanhamento e o eventualmente esclarecimento junto das populações, assim como preparar matéria quanto às opções que cada freguesia terá, sobretudo as que têm que ser agregadas e apresentar propostas concretas.-----
-----Disse ainda que a comissão poderá igualmente atender à parte eleitoral defendendo que, no que se refere ao Órgão Executivo, não fará sentido a redução de 9 para 7 vereadores, dos quais 3 seriam a tempo inteiro. Faria mais sentido passar para 5 vereadores, todos a tempo inteiro.-----
-----Quanto ao Órgão Deliberativo poderá não fazer tanto sentido que num plano de reforço de competência, seja reduzido de 27 para 21 elementos.-----
-----Por fim declarou que seria bom que pudessem ser tomadas posições consensuais entre os vários partidos e que a comissão elaborasse uma posição municipal, por forma a que o governo tenha consciência da mesma.-----
-----Pedi a palavra o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** para dizer que considerou perigosa a afirmação de que serão “sete freguesias reduzidas”.-----
-----Assim, solicitou algum cuidado com a linguagem utilizada que pode trazer problemas graves para o concelho e já tinham o alerta da população de Runa, uma vez que, para além de não se tratar de nenhum projecto de lei, esta aprovação constitucionalmente tem que ser por 2/3.-----
-----Disse que não deixará de participar, na devida altura, depois de ver a versão final.-----
----- O **Sr. Luís Carlos Lopes** fez notar que apesar da discussão estar no início o cronograma é muito explícito e não vão ter muito tempo.-----
-----Lembrou que, segundo o memorando da troika, têm até ao 2.º quadrimestre de 2012 para estar definida a nova organização administrativa e que nos termos do cronograma, até Janeiro todas as Assembleia Municipal, Freguesias e Municipais, têm que ter esta questão definida.-----
-----Entende que é importante que Torres Vedras comece a discutir este tema porque vai haver

diminuição de freguesias que afectará a todos pelo que têm que se preparar.-----

----Referiu ainda que, salvo melhor interpretação o Presidente da Assembleia estava a laborar num erro, pois o que carece de 2/3 é a lei eleitoral.-----

----Concluiu frisando que este é o assunto que está na ordem dia e a criação da comissão faz todo o sentido.-----

----O **Sr. Presidente da Mesa** respondeu que também leu o cronograma no livro verde e não numa proposta de lei e a “troika” também não deve servir de para tudo.-----

----Quanto à questão temporal lembrou que a Assembleia Municipal poderá ser convocada com relativa celeridade para discutir este assunto, em paralelo com as Assembleias de Freguesia.-----

----Susteve que o que quis essencialmente anotar foi o perigo de estarem a objectivar, quase que por nome, as freguesias a reduzir.-----

----Salientou também que foi por se tratar de uma reforma administrativa, que mencionou a constitucionalidade da representação de 2/3 para o efeito, pois engloba uma série de normativos legais.-----

----O **Sr. Nozes Pires** fez notar que entendeu a intervenção do Presidente da Mesa, pois há o perigo da reforma ser feita com muita pressa e sem a participação de todos.-----

----Depois questionou o Sr. Presidente da Câmara qual é a ideia do Executivo quanto aos três níveis e se ele sente que há necessidade de trabalhar depressa nesta reforma.-----

----O **Sr. António Carneiro**, contrariando um pouco o pensamento do Presidente da Assembleia Municipal, disse que gostava de saber quais são as sete freguesias.-----

----Subscreveu a preocupação do Membro Nozes Pires quanto ao ritmo que a reforma vai ter que ser definida, pois considera que se trata de uma temática demasiado sensível para que seja resolvida precipitadamente só porque a “troika quer”.-----

----Aproveitou para registar que este governo já demonstrou à sociedade e à sociedade que em vários aspectos foi para além da troika.-----

----Frisou que o PS participará nesta discussão com sentido de responsabilidade e também tentando medir o custo/benefício da reforma e tendo presente que para além de poupança estão os interesses das populações e a necessidade de encontrar formulas que permitam que se continue a gerir em proximidade, logo fazendo melhor gestão.-----

----Mais uma vez referiu que a questão temporal preocupa-o, no entanto considera que algo deve ser feito, até porque há Presidente de Câmara a serem eleitos com 1000 eleitores.-----

----Teve se seguida a palavra o membro do CDS-PP, **Sr. João Pedro Gomes** que indicou que o assunto em discussão tem que merecer o maior cuidado e muita mobilização da sociedade civil.-----

----Quanto à calendarização disse não partilhar da opinião que já foi emitida, uma vez que há um memorando de entendimento entre o estado português e a “troika” que tem que ser cumprido,

embora se ache que estão a avançar muito rápido.-----

----Reforçou que são obrigados a fazer esta reforma, lembrando que no dia que assinaram o memorando limitaram em grande forma a soberania do país pelo que têm que se adaptar aos tempos.-----

----Para concluir, informou que o CDS irá apresentar uma proposta nos próximos dias sobre este assunto, sobre o qual acha que deve haver o maior consenso possível para evitar injustiças.-----

----O **Sr. Presidente da Mesa** tomou a palavra para esclarecer que não é contra a calendarização e pensa que no final do próximo ano, tudo estará resolvido. Anotou que o cronograma também indica matéria para Julho, Agosto e Setembro que já foi discutida e não se deu por nada -----

----O Presidente de Junta de Freguesia de Runa, **Sr. José Margaça** assinalou que quando entregou o documento na mesa a sua intenção era chamar a atenção para um problema complicado, que passou a fazer parte das conversas de café, ao qual a Junta de Freguesia não tem resposta para dar.-----

----Assim solicitou que, quando houvesse mais dados, as Juntas de Freguesia fossem as primeiras a serem informadas para puderem esclarecer a população que está preocupada.-----

----Atendo ao facto de que já se começaram a movimentar ideias sobre o assunto o **Sr. Vale Paulos** manifestou-se a favor do debate, a fim de saírem desta Assembleia Municipal mais esclarecidos e sossegados pois prevêm-se tempos difíceis.-----

----Confirmou que de facto vão ter uma calendarização apertada e praticamente no próximo trimestre as Assembleias Municipais e Assembleia de Freguesia vão ter que tomar decisões, segundo os critérios do Livro Verde.-----

----Ainda segundo o Livro Verde, Torres Vedras, encontra-se no nível II e tem 6 freguesias predominantemente rurais, que gostaria de saber quais são e esta questão também devia ser debatida.-----

----Disse também que o documento joga com o número de habitantes e as distâncias, mas se calhar esquece a história, o património e a tradição de determinadas freguesias. -----

----Verificou que é uma reforma que vai incluir os municípios e as freguesias e parece que à última da hora alguém determinou politicamente que os municípios não eram para mexer, a menos que voluntariamente se queiram fundir.-----

----Entende que há um cronograma para ter organização eleitoral para 2013, mas um trimestre para todos discutirem é pouco, além de, que gostaria de ser esclarecido sobre o que vão discutir concretamente as Assembleias de Freguesia e as Assembleia Municipais. -----

----Face a esta questão colocada pelo membro, o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, disse que não tinha resposta e não deixava que nenhum dos presentes tivesse e lembrou que o assunto em discussão é a criação de uma comissão e já se estavam a ultrapassar.-----

----Seguiu-se o Presidente de Junta da Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, para manifestar

a sua certeza de que o Sr. Presidente da Câmara está atento a este assunto e que vai preparar a melhor forma de o resolver, pelo que não estava preocupado.-----

----Alertou que era a própria Assembleia Municipal que estava a passar alguma inquietação para o exterior.-----

----Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para lembrar que há uns anos atrás tentou lançar uma discussão através do jornal Badaladas que para sua surpresa não se reproduziu.-----

----Também lembrou que aqueles que hoje estão tão apressados em fazer esta regionalização, em seis meses não proferiram duas linhas, nomeadamente os elementos do PSD.-----

----Lembrou ainda que foi o único membro presente no congresso da ANMP que questionou a razão de se falar de extinção de freguesias e não na de concelhos, sem ter obtido resposta.-----

----Sempre defendeu a reforma administrativa do país, mas o que lhes é proposto não é uma reforma, mas uma tentativa de se criar um mapa para novas freguesias. Quanto à já mencionada obrigação da “troika” a exigência que refere é das “autarquias” e na da autarquia, freguesia.-----

----Concorda com os princípios de maior eficiência, ganho de superfície, etc, mas quer saber em que é que isso se consubstancia.-----

----Assinalou que iniciar esta reforma dizendo que é para o ganho de todos, mas sem se concretizar o que se vai ganhar e prevendo o que se vai perder, é uma discussão impossível.-----

----Assim espera que o governo informe quais são as suas intenções materiais ou seja para as freguesias se fundirem quais serão as verbas orçamentais e competências pois quer na fusão, quer na extinção das freguesias tem que se ver muito bem qual é o custo /benefício.-----

----Deste modo, estão a partir para uma aventura muito perigosa, sem saber quais são os benefícios, se a mudança é para melhor ou para pior, mas na certeza que o grande suporte financeiro das freguesias não vem do Estado vem dos orçamentos das Câmara Municipais.-----

----Respondendo ao repto, reafirmou que reforma sim, junção de freguesias sim, mas também junção ou fusão de concelhos, no sentido de chegar a uma regionalização que é fundamental para o país, mas que se indique o caminho e as bases do mesmo.-----

----É um profundo defensor desta reforma, mas não contem com ele para falar com quem quer que seja, para vender algo que não sabe se é bom ou mau.-----

----Reafirmou que é uma reforma não tem nada de corajoso, é cobarde ou seja pretende mexer nos mais fracos e deixar intocáveis os mais fortes.-----

----Continuou frisando que para ele tanto faz sentido uma freguesia com 1000 habitantes como um concelho de 10.000 habitantes, ambos são mínimos e se há interesse nacional para fundir essas freguesias também há para fundir esses concelhos.-----

----Deixou também o alerta que já se fala nos “corredores do poder” que à conta desta reforma vai ser aberta uma excepção para a não limitação de mandatos, o que não concorda.-----

-----Ao contrário do que disse o Presidente da Mesa e para que esta discussão se inicie com mais transparência gostaria que o PSD, pela leitura que fez do Livro Verde, dissesse quais são as sete freguesias que são para extinguir.-----

-----O *Sr. Luís Carlos Lopes* começou por dizer que apesar do edil ter dito na sua intervenção que não queria participar na discussão, estava a participar.-----

-----Depois lembrou que o que ele fez foi o mais simples, pois colocou um artigo no jornal a propor a fusão das duas freguesias urbanas, com o qual todos estão de acordo. Não pode dizer que começou a falar pois não foi ao mais difícil, não foi ao cerne da questão.-----

-----Concorda com o edil que também devia haver fusões de municípios e é totalmente contra que haja uma prorrogação artificial dos mandatos.-----

-----Voltando à criação da comissão, fez notar que o que o PSD propõe é que se discuta, como já estão a fazer, com mais pormenor para mostrarem a sua opinião ao Governo.-----

-----Registou que antes de ser do PSD é torriense e prefere ir contra o PSD nacional e puxar por Torres Vedras.-----

-----Reforçou que mais vale discutirem o assunto, fazerem parte da solução e não serem parte do problema.-----

-----Pedi novamente a palavra o *Sr. António Carneiro* para fazer notar que o Sr. Presidente da Câmara foi instado a pronunciar-se e como tal deu a sua opinião.-----

-----Quanto ao dizer que não participaria na discussão, acha que foi um acto de grande coragem intelectual e uma grande elogio à política.-----

-----Assinalou que têm estado, de uma forma construtiva a discutir este assunto, que é sério, e que vai ser imposto pelo governo, não pela “troika” nos contornos aqui apresentados.-----

-----Lembrou que o PS disse, desde o primeiro minuto que está disponível para participar e não vê necessidade do deputado incendiar o debate.-----

-----O *Sr. Marco Claudino* começou por refutar de corajosa a intervenção do Sr. Presidente da Câmara. Não achava normal a incoerência da sua postura relativamente aquilo que deve ser ou não a participação no debate, uma vez que agora não quer participar num convite feito aos autarcas, quando se mostrou indignado por o PSD não ter participado na discussão que tentou lançar no jornal.-----

-----Mostrou-se satisfeito com a nota positiva que o colega António Carneiro deu à criação da comissão, porque considera importante esta não ter uma base de confrontação partidária.-----

-----Lembrou, ao contrário do que o edil disse que a reforma não vai ser imposta pelo governo, mas decorre da sua obrigação, no âmbito da “troika” de apresentar uma proposta que terá que ser aprovada por ambos os partidos.-----

-----Concluiu declarando que têm participar nesta reforma, e não podem ficar sentados numa postura

calma e confortável, que não serve os interesses dos torrienses.-----

----De novo no uso da palavra o **Sr. Jorge Ferreira** lembrou que a afirmação que o colega Marco Claudino fez quanto à redução de sete freguesias denota estar na posse de informações, para o qual solicita os devidos esclarecimentos.-----

----O **Sr. Marco Claudino** susteve que não gosta de fugir aos reptos lançados, mas os colegas não se deviam fazer de desconhecedores, ou então desconhecem a realidade do concelho.-----

----Esclareceu que, quando é dito na proposta, de acordo com os critérios do Livro Verde, que serão agregadas as freguesias com menos de 1000 habitantes, ninguém tem dúvidas, a não ser que desconheçam os censos de 2010, que há três freguesias nessas condições.-----

----Também não podem desconhecer que a Freguesia de Santa Maria e São Miguel, que faz parte da sede do concelho, tem menos de 15.000 habitantes.-----

----Referiu ainda que era importante que a comissão diligencie com celeridade no sentido de obter do Secretário de Estado Administração Local informações taxativas de todas as consequências e confirmar a leitura que fizeram, sob pena de estarem a discutir algo que poderá não se verificar na realidade.-----

----O Líder da Grupo Municipal da CDU, **Sr. Nozes Pires** indicou que não pensava pronunciar-se pois o assunto é a criação da comissão.-----

----Depois de ouvir as intervenções dos colegas do PSD manifestou-se de acordo com o edil, concretamente que a questão não se prende só com as freguesias, mas com as autarquias.-----

----Entende que o debate que se deve fazer é o da história e da importância do papel dos municípios de Portugal, a tal regionalização, que devia ser discutida.-----

----Interveio o membro **Jorge Ferreira** para agradecer o esforço de clarificação do colega Marco Claudino, contudo 4 não é igual a 7 pelo que continuava com a mesma dúvida e gostava que as nomeasse.-----

----Com a leitura que fez do documento, verificou que há outros critérios que poderão ser ponderosos e a discussão ainda vai demasiado no início, para que possam afirmar taxativamente o número, a não ser com informações que o responsabilizam. -----

----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que nunca se indignou com a falta de resposta do PSD aos artigos que escreveu, mas estranhou que não tenham emitido opinião.-----

----Considera que o Governo andou mal nesta matéria, pois pretende que eles façam os trabalhos de casa, mas esqueceu-se de informar quais as competências que iriam passar das Câmaras para as Juntas e quais os meios financeiros de que irão dispor, para puderem fazer uma discussão séria.-----

----Quer enfrentar as populações, dizendo-lhes o que vão ganhar e o que vão perder, mas não têm essa informação e assim não há discussão.-----

----Lembrou que ninguém obrigou o membro Marco Claudino a falar em sete freguesias, mas

quando foi interpelado só enumerou quatro, de forma encoberta, Carmões, Outeiro da Cabeça, Monte Redondo e Santa Maria, o que denota pouca abertura para o diálogo.-----

-----Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, sugeriu uma alteração à composição da comissão, que teve a anuência de todos os presentes, assim:-----

-----A Assembleia Municipal aprovou, por maioria a constituição de uma comissão para Acompanhar o processo de Reforma da Administração Local, com a seguinte composição: um efectivo e um suplente do PS, CDU e PSD, o membro do CSD e o membro Independente.-----

INÍCIO DO ANO ESCOLAR:-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, dirigiu-se ao Sector de Educação para registar com apreço o modo como decorreu o início do ano lectivo de 2011/2012.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

URBANIZAÇÃO DE GIBRALTAR:-----

-----O autarca da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* questionou qual o ponto de situação da urbanização em título, uma vez que parece abandonado, mas moram lá pessoas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que teria que confirmar a informação mas julga que o Executivo deliberou accionar a garantia bancária, para acabar as obras de urbanização.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSOS AO CAMPO DE FUTEBOL/ESCOLA:-----

-----O autarca da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* lembrou que se aproxima o Inverno e queria saber qual o ponto de situação dos acessos em causa.-----

-----Questionou também em que fase se encontra o processo de apoio financeiro para o relvado sintético do Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural Ponterrolense.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que recentemente foi aprovada a operação financeira e o processo agora irá avançar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VARIANTE DA PONTE DO ROL:-----

-----Continuando a sua intervenção o *Sr. Pedro Vasa* inquiriu qual a previsão temporal para obras em título, tendo presente que o empréstimo para o seu financiamento foi aprovado em 2010, juntamente com Cambelas, cujas obras já estão concluídas.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que até ao final do corrente ano espera poder iniciar as obras.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECIBOS VERDES – MOTORISTAS DE AUTOCARROS DA CMTV:-----

-----Para complementar a sua intervenção da sessão anterior sobre este assunto o autarca da Ponte do Rol esclareceu que são os motoristas dos autocarros que continuam a não passar recibo verde.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que o Sr. Carlos Bernardes, Vereador da Área em causa, tomou nota para averiguar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POUSADA DA JUVENTUDE:-----

-----O *Sr. António Carneiro* solicitou que o Sr. Presidente da Câmara prestasse alguns esclarecimentos sobre este assunto.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* deu nota que a autarquia tem um acordo integral com a Movijovem, que falta assinar, mas até à data não consegue contactar o Senhor Secretário de Estado da Juventude.-----

-----Assim, espera que aqueles que se apressaram a dizer que a ideia da pousada foi da JSD, não sejam os mesmos a responsabilizarem-se pelo seu “aterro”, pois trata-se de uma mas valia para o concelho de Torres Vedras.-----

-----Assinalou que nem a parte de haver prejuízo com este acordo pode ser invocado e espera que o PSD local possa ter uma posição firme, naquilo que aprovou nesta Assembleia, para que se possa assinar este contrato.-----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

ARTIGO DO BADALADAS “O SOCIALISMO DURA ATÉ ACABAR O DINHEIRO DOS OUTROS”/ MADEIRA:-----

-----O *Sr. António Carneiro* manifestou o seu desagrado com um artigo veiculado pelo jornal Badaladas, em que o PSD acusa o PS de não saber gerir dinheiro público e fez uma referência ao que veio a público sobre a Madeira.-----

-----Declarou que não gostou até porque haverá no PS e também no PSD os que gerem mal e os que gerem bem.-----

-----O membro *Marco Claudino* esclareceu que pretendeu dizer que é muito fácil ser governante com o dinheiro dos outros.-----

-----Disse que o assunto da Madeira não era feliz e terá que ser analisado, mas o momento não lhe parecia ser o mais indicado para discutir o assunto.-----

-----O *Sr. António Carneiro* disse que não se sentiu ofendido mas o título é muito sugestivo e todos sabem o que pretende.-----

-----Disse também esperar que o PSD do continente não seja culpado do que se passa na Madeira o que faria o caso ainda mais grave.-----

-----Relativamente à questão da Madeira, o *Sr. João Pedro Gomes*, disse que o CDS neste assunto não leva lições de ninguém e também não podem esquecer o que aconteceu no continente nos últimos seis anos.-----

-----Parece que agora estão a tentar branquear qualquer coisa o que merece a mais veemente oposição da força partidária que representa.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MACEIRA – TUT:-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Maceira, *Sr. Francisco Inácio* agradeceu à Câmara Municipal o esforço feito no sentido de responder à solicitação da junta, para que o TUT nas praias chegasse à Maceira.-----

-----Deu nota que esta solicitação teve por base a preocupação de alguns hoteleiros da freguesia, face à suspensão do comboio turístico que transportava os turistas para as termas e praias no Verão, com prejuízo para a mobilidade daqueles que frequentam as unidades hoteleiras desta freguesia, na sua maioria pessoas idosas sem transporte próprio.-----

-----Assinalou que o novo traçado efectuado entre a rotunda do Vimeiro e a Praia Azul, no período de 15.07 a 04/09 mereceu a referência muito positiva por parte da população e hospedes das unidades hoteleiras.-----

-----Por fim referiu que teve conhecimento que a Barraqueiro Oeste considerou de bom o fluxo de passageiros transportados e que por parte da empresa há disponibilidade de continuar o projecto em 2012, pelo que certamente a CM também terá.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JS SUMMER FEST – 2.ª EDIÇÃO:-----

-----A *Sra. Claudia Ferreira* interveio para felicitar o empenho e disponibilidade da autarquia e da organização do evento em título que mais uma vez se realizou em Santa Cruz e que trouxe milhares de jovens da juventude socialista a esta localidade que vieram participar nos mais diversos eventos. É sempre bom estarem referenciados como um bom local para se realizar eventos. -----

-----Também o *Sr. João Paulo Reis* felicitou a JS por mais uma vez ter realizado este encontro de âmbito nacional, no concelho que o engrandece e à semelhança de algumas iniciativa que o PSD também realizou, é um estímulo à participação política dos jovens.-----

-----O *Sr. António Carneiro* saudou esta intervenção.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ATERRO/ COMPLEXO DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS

– BEFESA LDA:-----

-----Em nome da bancada do PS a *Sra. Claudia Ferreira* felicitou a forma responsável e séria com que o edil encarou este tema.-----

-----Lembrou que foi feita uma proposta de investimento de alguns milhões na região que acarretava a criação de 30 postos de trabalho e sem ceder ao populismo que seria estar em causa um aterro que assustas as populações e pode tirar votos, não recusou de imediato. Foi feita uma análise séria,

solicitado um estudo que se revelou desfavorável e a decisão de não avançar com o procedimento seguiu o compromisso assumido.-----

----Relativamente ao estudo em causa o *Sr. João Pedro Gomes* lamentou que o mesmo não tenha sido disponibilizado aos partidos com assento nesta Assembleia Municipal, o que entende como um profundo desrespeito pelos mesmos. -----

----Disse também não esperar que seja um “até já”, porque se assim for merecerá mais ainda a oposição do CDS, reafirmando uma vez mais que se trata de um investimento que em nada interessa ao concelho.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* interveio apenas para lembrar que os membros da Assembleia Municipal podem, através de requerimento à mesa, solicitar o estudo.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 5 - TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATÓRIOS E CONTAS – 1.º SEMESTRE 2011 – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS – PROMOTORRES, PROMOÇÕES DE EVENTOS E GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E.M., PARA EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 3 DO ART.º 48.º DA LEI N.º 2/2007, DE 15/01, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 11268 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15 do corrente mês a remeter os documentos em título atentas as competências do Órgão Deliberativo nesta matéria.-----

----Quanto aos documentos da Câmara o *Sr. Presidente da Câmara*, deu nota que por um lado voltaram a ter resultados operacionais positivos, tendo reduzido os valores negativos para metade o que indica um bom caminho, no sentido de ter uma gestão equilibrada.-----

----Deu nota ainda que estes resultados têm sido conseguido à conta de uma redução de custos, nomeadamente nos de fornecimento dos serviços externos, com pessoal, transferências correntes e subsídios correntes, assim como também as perdas extraordinárias vieram a inflectir caminhos.-----

----Assinalou que aumentaram o activo em 4,6 milhões de euros, o que também é um bom sinal, muito embora seja um facto terem um aumento do passivo em 5,7 milhões de euros, o decorre da contracção de empréstimos de forma a poderem minimizar problemas de dívida corrente e investimentos.-----

----Relativamente aos SMAS salientou um acréscimo da despesa, que se deve exclusivamente aos custos da água e aos de saneamento, uma vez que têm mais duas Etares a funcionar.-----

----No tocante à Promotorres salientou como pontos positivos terem melhorado os rácios financeiros, uma melhoria em todos as rubricas de demonstração de resultados, os custos com pessoal terem vindo a diminuir e os resultados operacionais serem positivos.-----

-----Anotou ainda que para estes resultados contribuiu um Carnaval que não foi visitado pela chuva e teve uma grande diminuição da despesa, lembrando que nos resultados negativos da Promotorres o que mais pesa é sempre este evento mas que este ano teve um saldo positivo.-----

-----O **Sr. Luís Carlos Lopes** assinalou que o edil na sua apresentação se esqueceu de referir que o endividamento não é tão favorável, pois ultrapassaram ou estão perto ultrapassar os limites de endividamento oficiais atribuídos à autarquia para 2011.-----

-----Referiu que as contas reflectem um aumento de endividamento líquido municipal, e o valor €850.256 de prejuízo de Junho é menos mau do que €1693.085 do ano transacto, mas não é bons. Se então tiveram 5 milhões, este ano ainda vão ter 3 milhões de euros de prejuízo.-----

-----Verificou também que há factores que favorecem as contas da Câmara Municipal, nomeadamente o rendimento de participação de capital de €141.214 da Resioeste e gostaria de ser esclarecido quanto a uma correcção de exercícios anteriores no valor de €256.142, 07 que também aumentam muito o lado positivo deste 1.º semestre.-----

-----Reportou-se às reduções mencionadas pelo edil, para registar que houve noutras áreas aumentos de custos, nomeadamente na venda de bens de resíduos sólidos.-----

-----Reportou-se também à intervenção que elogiou a abertura do ano lectivo, para mencionar que no jornal só viu cortes na educação, mas não viu nada noutras áreas. -----

-----Assim e para que no 2.º semestre se reduza mais o prejuízo, solicitou que o edil esclarecesse onde é que vão cortar, na cultura, nos serviços, na programação e em situações que não são essenciais.-----

-----Esta situação preocupa-o e pensa que terão que cortar mais e quer saber de onde.-----

-----O **Sr. Nozes Pires** subscreveu o anterior orador, quanto à análise que fez à gestão da Câmara Municipal. A CDU não têm críticas de fundo a fazer, tanto mais porque a para eles a questão é sobretudo política e prende-se com a opções tomadas que se exprimem nas receitas ou nas despesas e também com o futuro a médio prazo.-----

-----Disse ainda não ter percebido se o membro Luís Carlos Lopes, pretendia que a Câmara cortasse mais ou também na cultura.-----

-----Fez notar que a questão política crucial é, quais são as prioridades, quais são as estratégias. Se é dar importância à educação e à cultura ou é cortar, como fez governo, na educação, saúde e na cultura e não cortar noutros sítios essenciais.-----

-----Teve de seguida a palavra o **Sr. Guilherme Ferreira** que começou por questionar a razão das receitas das recolhas dos resíduos sólidos e urbanos terem aumentado €272.000.-----

-----Verificou que houve cuidado em registar os lucros da Resioeste, mas não estão contabilizados os prejuízos de outras entidades tais como a Águas do Oeste, S.A e a Tvpar que somam cerca de €1.000.000.-----

-----Verificou também que há aumento de €2.000.000 em capitais próprios, mas que mais uma vez se trata de correcções contabilísticas que levam ao património aquilo que ainda não tinha sido levado anteriormente e os respectivos custos transitados, que é uma boa maneira de não apresentar resultados tão maus dos anos anteriores, o que não lhe parece correcto.-----

-----Apesar de o edil considerar que estão no bom caminho, considera que ele está a ser optimista pois o prejuízo continua a ser muito elevado, e este ano aponta para €3.000.000 mas a postura da Câmara Municipal continua a ser de endividamento, que aumenta neste semestre em discussão.-----

-----Declarou que há imensos sinais preocupantes salientando por exemplo os juros que passaram, de €173.000 para €356.000, o fundo de maneo ser negativo em €35.000.000 assim como as receitas recebidas no 1.º semestre serem 43% do valor previsto.-----

-----Também o relatório do ROC refere as evoluções negativas dos rácios financeiros, tendo a autarquia um total de dívida de €39.000.000 quando o limite de endividamento é de €31.000.000, pelo para que endireitar as contas teria que liquidar €8.000.000 até ao final do ano e não vê como isso será possível.-----

-----Sendo verdade que a situação do país não é boa, afirmou que as opções erradas que a Câmara Municipal tem seguido de apoios, subsídios, de não apoiar a iniciativa privada ou outras como na segurança e na gestão dos parques de estacionamento na cidade, terá graves repercussões no futuro.-

-----O *Sr. Jorge Ferreira* salientou que é de elogiar a Câmara Municipal pois conseguiu diminuir o seu saldo negativo de €5.000.000 para €3.000.000, dado a conjuntura actual e com uma redução drástica de receitas.-----

-----Frisou também que em termos de prejuízos conseguiu diminuir o seu saldo em cerca de 50% que em 2009 era de €3.300.000, em 2010 de €1.700.00 e que neste semestre perfaz €850.000, o que denota um trabalho de gestão que só pode merecer uma apreciação positiva.-----

-----Salientou também a redução nas despesas com pessoal, nomeadamente nas horas extraordinárias e a redução da contratação de serviços externos sustentado em recursos internos da autarquia.-----

-----Terminadas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar alguns esclarecimentos:-----

-----Reportou-se à intervenção do membro Luís Carlos para responder que quando ele diz que não vê a Câmara cortar em coisas não essenciais como a cultura, para ele a cultura é essencial. Mesmo assim sofre os mesmos cortes que todos os sectores seguindo uma linha de orientação na ordem de 20%.-----

-----Destes cortes deu nota de €160.000 nas horas extraordinárias, €760.000 nos apoios a associações, no Pocal – cultura €50.000, no Clube Sénior €30.000, Onda de Verão €35.000, Feira da Saúde €20.000, €100.000 com a rescisão dos serviços de limpeza, €50.000 nos transportes escolares com a rescisão com a Barraqueiro, nos apoios a provas desportivas nacionais €45.000, para mostrar

que as reduções não foram só na Educação.-----

----Aproveitou para assinalar que o problema da educação não é as verbas que o governo lhes deve, mas a grande factura que está a cargo da autarquia, concretamente a nível dos transportes escolares e do programa de enriquecimento curricular.-----

----Depois teceu algumas considerações quanto à funcionalidade da OesteCim, relativamente às contas dos municípios que fazem parte, para fazer notar que a Câmara municipal tem dificuldades financeiras mas paga aos seus funcionários com dinheiros públicos e uma gestão cuidada e não se serve do dinheiro da água.-----

----Deu nota também que Torres Vedras é das poucas autarquias que consegue financiamento para fazer obras Pólis, tendo tido a notícia da CCDR que irão ter mais participação de 80%, 85 % para as finalizar.-----

----Também afirmou que enquanto tiverem QREN, como oportunidade única para resolver problemas estruturais no concelho, continuarão a investir, pelo que lamentou que não esteja definidas a nível nacional as orientações para utilização destes fundos e espera que seja encontrado um caminho neste sentido.-----

----Achou constrangedor que o membro Guilherme Ferreira dizer que uma das opções erradas foi entregar a gestão dos parques de estacionamento à Promotorres, pedindo que lhe demonstrem quanto é que custaria a gestão por uma 3.ª entidade.-----

----Abordando a questão da Promotorres, por ter visto no Jornal Badaladas anunciar o seu fim, disse que só pode desejar isso quem não tiver conhecimento da realidade. Lembrou todos os serviços, excelentes, que esta empresa municipal presta à população torriense, na certeza de que quando tiver a gestão integral do estacionamento na cidade será uma empresa equilibrada e sem necessitar de participação financeira da Câmara para realizar a sua actividade.-----

----Depois e para esclarecimentos adicionais deu a palavra ao **Sr. Vereador Sérgio Galvão**.-----

----Relativamente à questão dos lucros da Resioeste esclareceu que como recebem dividendos, estes têm que ser contabilizados, e na consolidação das contas torna a haver consolidação dos lucros de todas as empresas.-----

----Confirmou que de facto estão a perder receitas e por isso é que considera o resultado atingido bom.-----

----No que concerne ao rácio do endividamento líquido, lembrou que foi estipulado numa óptica de crescimento da economia, que está a decair desde 2008. Lembrou também que o orçamento é feito com a média dos últimos 24 meses de receitas próprias, pelo que, se as receitas diminuem, os limites vão caindo, daí a haver discrepância.-----

----Pedi para intervir novamente o **Sr. Luís Carlos Lopes** para dizer que o PSD é a favor do desporto, da cultura e tudo mais que seja para o bem estar das populações.-----

-----Referiu que ficou muito contente com as notícias sobre as obras Pólis e passado dez anos também já deviam estar construídas as piscinas municipais, assim como o resto das escolas, a pista de atletismo da Paúl, todas as variantes, o museu do Carnaval, a zona verde e desportiva de Arenas, o parque aventura e tudo mais que prometeu, sinal de qualidade de vida para o concelho de Torres Vedras.-----

-----Assinalou ainda que não é só no pensar que são diferentes, trata-se de serem realistas por terem €39.000.000 de endividamento quando o limite é de €1.000.000.-----

-----Concorda com a apreciação que o edil fez da Oestecim, mas também sabe que a Câmara Municipal já foi melhor pagadora do que é agora e fica contente por estarem melhor do que no ano transacto.-----

-----Terminou dizendo que falou de cultura como também podia ter falado de transportes, de apoios aos eventos etc.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Dada a natureza dos três pontos seguintes o presidente da Mesa, Sr. Alberto Manuel Avelino, sugeriu que os mesmos tivessem discussão conjunta e votação em separado, o que teve a anuência de todos os membros presentes.-----

PONTO 6 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2011 A APLICAR EM 2012, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 9809 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Agosto último a propor a fixação das taxas nos seguintes valores: Prédios Urbanos – 0,70% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara*, começou por lembrar o compromisso feito pelo Dr. Jacinto Leandro que levou à redução do IMI para 0,65% e 0,35% em 2008.-----

-----Assinalou que ao dia de hoje todas as receitas do município diminuíram, daí terem proposto retomar a percentagem de 0,70 % e 0,40% o que permitirá alcançar um aumento de receita de aproximadamente €600.000 e aumentar 1% no IRS de que resultará um aumento de receita de €500.000. Quanto à derrama a proposta é para manter a taxa.-----

-----Disse também que na procura do aumento de receita, em simultâneo continuará a haver um esforço cada vez maior na redução da despesa corrente, na expectativa de atingir 20%.-----

-----Assinalou também que estão cientes que só assim, em conjunto com o aumento do IMI e IMT e reduzindo a despesa corrente é que conseguem equilibrar as contas e conseguem, na medida do possível, manter algum nível de investimento e de execução nomeadamente do QREN.-----

-----Tomou de seguida a palavra o *Sr. José Augusto de Carvalho* para, em nome do Grupo Municipal do PS, assinalar o voto favorável desta bancada relativamente às actualizações

anunciadas pelo edil, no pressuposto do que ele mencionou, ou seja de que o Executivo vai prosseguir no seu esforço no sentido, reduzir a despesa.-----

----Aproveitou para alertar que existem muitos pinhais e eucaliptais que estão a ser iluminados à custa do erário municipal, apelando que o Executivo dê a devida atenção ao assunto para avaliar a expressão financeira que possa ter.-----

----Declarou ainda que não podem iludir a realidade que o município não é “uma ilha”, e a crise que se encontram implica uma mudança de paradigma, que não se limita e reduzir despesas, implica igualmente profundas alterações na estrutura da administração pública, incluindo a local, acompanhado do devido enquadramento legal, via indispensável para que as medidas tenham um carácter transversal e genérico.-----

----*O Sr. Marco Claudino* deu nota que embora previsivelmente o IMI vá aumentar, a quebra na derrama não é compensada por este aumento e foi nesta consciência que os Vereadores do PSD se disponibilizaram a votar favoravelmente, desde que fosse apresentado, por parte do Executivo, um programa concreto de medidas de redução de custo que equivalessem exactamente ao mesmo valor que estima arrecadar com este aumento das taxas que estão a votar.-----

----Disse ter conhecimento que de o edil tem anunciado um esforço para reduzir custos, e que foi anunciada uma conferência de imprensa onde iria apresentar mais algumas medidas, que foi adiada.-

----Referiu que se a proposta em causa tivesse sido apresentada nessa reunião do Executivo quer o sentido e voto dos vereadores então, quer dos membros do PSD nesta Assembleia poderia ser diverso.-----

----Assim o PSD irá votar contra porque entende que só foram apresentados os aumentos dos impostos quando deviam estar também apresentadas as reduções de despesa clara e concreta no município.-----

----*O Sr. Sérgio Jacinto*, começou por dizer que o tempo é de crise, e percebem que a autarquia está com dificuldades criativas para angariar receita pelo que estão perante o aumento de impostos.--

----No entanto assinalou que poderá haver um caminho, não dirá alternativo, mas pelo menos complementar a este.-----

----Assim, lembrou que a autarquia tem, um Plano de Mobilidade, que não deu conta que tenha tido evolução executiva desde a sua aprovação, sendo que o centro da cidade e todo o perímetro urbano tem muitos lugares que não são taxados, o que seguramente trará uma quebra de receita.-----

----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que abordou a questão do Plano de Mobilidade confirmando que o mesmo prevê a taxação do estacionamento em toda a cidade que ainda não foi executado, uma vez que a candidatura só foi aprovada recentemente e implica investimento avultado nomeadamente no sistema de motorização e gestão.-----

----Assegurou que estão agora em condições de avançar com o concurso para aquisição dos

sistemas, que permitirá, para além da gestão do estacionamento na cidade, algum acréscimo de receita.-----

----No tocante à intervenção do Marco Claudino, fez notar que a Assembleia Municipal é o sítio certo para falar dos assuntos e deliberar sobre os mesmos. O PSD não pode ficar à espera de ver notícias da gestão da Câmara na comunicação social para orientarem o seu sentido de voto.-----

----Disse ainda que se quiserem esclarecimentos, como aqueles que já foram dados, terá todo o gosto em repetir aqui ou podem fazer um requerimento.-----

----Assim reafirmou que com o aumento destas taxas têm a expectativa de conseguir um aumento de cerca de €1.100.000 e a poupança que estão a fazer só a nível da gestão da educação anda perto deste valor e deu nota da poupança de €600.000 nas horas extraordinárias e €760.000 no apoio a associações, ou seja, têm uma redução de despesas corrente igual ao dobro do aumento da receita.---

----Susteve que são motivos para votar em maior consciência e para avalizar o que é obvio, tendo em conta também que as contas do 1.º semestre demonstram que se reduziu o deficit em metade comparativamente com os dois anos anteriores.-----

----Entende que a razão apresentada pelo PSD para votar contra não é argumento suficiente, e que eles não podem ter dois pesos e duas medidas, para rigorosamente os mesmos problemas, pois dizem sim aos aumentos do governo e não aos aumentos da Câmara.-----

----De seguida, não havendo mais intervenções passou-se à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 29 votos a favor, 1 abstenção e 11 votos contra, Fixar da taxa do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2011 a aplicar em 2012, nos seguintes valores: Prédios Urbanos – 0,70% e Prédios Urbanos avaliados nos termos do CIMI – 0,40%.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 7 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL DO IRS, RESPEITANTE AOS RENDIMENTOS DE 2012 A COBRAR EM 2013, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO, TENDO PRESENTE O ART.º 20.º DA LEI 2/2007 DE 15.01;-----

----Presente ofício número 9807 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Agosto último a propor a fixação da taxa em título em 5%.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 33 votos a favor e 8 votos contra fixar a Taxa Variável do IRS, respeitante aos rendimentos de 2012 a cobrar em 2013, a que os municípios têm direito em cada ano, em 5%.-----

----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 8 - AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, A COBRAR NO ANO DE 2012, NO VALOR DE 1,5% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE

O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLECTIVAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO N.º 2 DO ART.º 53 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

-----Presente ofício número 9808 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Agosto último a propor o lançamento da derrama no valor de 1,5%.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 33 votos a favor, 6 abstenções e 2 votos contra autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras, ao lançamento de uma derrama, a cobrar no ano de 2012, no valor de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 9 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO.-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Julho a Setembro de 2011, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão e à sua situação financeira, onde informa que a dívida a fornecedores a 22 de Setembro é €5.270.102,83 e o saldo de tesouraria € 1.724.675,3.-----

-----Abordando a informação sobre o Apoio Social a *Sra. Susana Neves* disse que gostava de ter acesso a um relatório com uma descrição mais aprofundada das 73 candidaturas do Programa de Apoio ao Arrendamento, pois entende que era importante para compreender o impacto desta medida de política social.-----

-----Deu nota que no dia 30 de Setembro vai decorrer o 1.º Prémio das Boas Práticas, em prol dos grandes projectos na área social e na área educativa onde que se vão homenagear instituições e técnicos, que muito se empenham em criarem projectos que dignificam a vida de muitos e melhoram a qualidade da população torriense. -----

-----Reportando-se à ciclovia que julga estar em execução na cidade o *Sr. João Bastos*, disse ver com alguma apreensão, para além da colocação no chão de placas com o desenho de bicicletas, que julga ser de sinalização da ciclovia, a pintura de faixas vermelhas nas ruas e nas rotundas, mas irá aguardar a finalização da implementação deste programa para se pronunciar novamente.-----

-----Chamou novamente a atenção para a necessidade da autarquia divulgar junto da população os projectos que incidam sobre o espaço público, para que todos possam dar contributos no sentido de os melhorar. -----

-----Aludindo à estatística da frequência das bibliotecas municipais o *Sr. José Augusto de Carvalho* anotou ser gratificante concluir que no período em causa os utentes de Biblioteca Municipal de Santa Cruz equivale ao mesmo número de visitas à Biblioteca Municipal de Torres Vedras.-----

-----No que se refere às obras municipais saudou o Executivo Municipal pela recuperação do

Mercado Municipal de Santa Cruz, que colheu uma impressão muito agradável junto dos utentes.-----

-----Tendo presente que a informação sobre a actividade municipal exposição está mais resumida, o **Sr. Luís Carlos Lopes** indicou que gostaria que, futuramente, viesse discriminado o número de processos de obras que deram entrada nos serviços, que ajudaria a terem a noção da dinâmica da economia do concelho.-----

-----Questionou qual o ponto de situação do Plano de Urbanização da Cidade, no que se refere à Rua Henriques Nogueira Sul.-----

-----Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----Quanto à questão do membro Susana Neves informou que pode, através da Mesa da Assembleia Municipal requerer o documento em causa.-----

-----Informou que a Câmara Municipal nunca se tem furtado à divulgação dos seus projectos mesmo quando tal não é exigido por lei através de discussão pública. No entanto assinalou que divulgam os projectos, colhem informação quando é o caso, mas gostam de ter o poder de decidir.-----

-----No que se refere às chapas colocadas no pavimento informou que tem a ver com a organização da repartição do espaço pedonal público entre os peões e as bicicletas.-----

-----Assentiu que a Biblioteca de Santa Cruz é uma mais valia, tanto no Verão como no Inverno e é um equipamento que pretendem no futuro encarar de uma forma mais séria. Assim informou que está a decorrer um Concurso de Ideias para o ex-casino de Santa Cruz onde figura este equipamento.-----

-----No tocante ao número de processos de obras entrados na Câmara, informou que os disponibilizaria, adiantando a informação de que há muitos pedidos de licenciamento de habitação própria que não tem receita e muitas certidões. O volume de trabalho não diminuiu assim tanto, mas a qualidade financeira do mesmo é que diminuiu drasticamente.-----

-----Relativamente ao PU da Cidade de Torres Vedras, confirmou que abrange o topo norte da Rua Henriques Nogueira. A proposta que está nos serviços técnicos para apreciação e em devido tempo terá discussão na Câmara e na Assembleia Municipal.-----

-----Por fim informou que o projecto da ciclovia constará no próximo Boletim Municipal.-----

-----Pedi de novo a palavra o **Sr. João Bastos** para anotar que nunca disse que a Câmara era obrigada a fazer discussões públicas, até porque conhece a lei sobre este assunto.-----

-----Sabe também que no arranjo das praças o Presidente da Câmara é soberano para decidir, mas sempre defendeu e continuará a defender que o espaço público é de todos. Disse que o edil não quer participação quer decidir sozinho mas só ficaria a ganhar se abrisse a discussão.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** assinalou a injustiça da intervenção, sendo mentira que ele não quer a participação das pessoas. Lembrou que ao longos dos seus dez anos de Câmara Municipal

foram muitas vezes que, fora da obrigatoriedade da discussão pública, apelou a essa participação e o membro é dos poucos arquitectos do concelho que participa quando lhe é solicitado.-----

-----Reforçou que sempre aceitou sugestões, mas não quer dizer que concorde com as mesmas e que a siga, porque o gozo de decidir é dos poucos que têm enquanto exercem funções executivas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 00.20 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
